

# a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

<http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

N.º 28 — Outono de 2008

|   |    |
|---|----|
| INFINITIVO FLEXIONADO / NÃO FLEXIONADO: UMA QUESTÃO DE GOSTO? — <i>Augusto Múrias</i> .....               | 1  |
| A ESPINGARDA MAUSER — <i>Luís Filipe PL Sabino</i> .....  | 8  |
| GEOGRAFIA DO CÁUCASO — <i>Paulo Correia</i> .....   | 10 |
| PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS – IDIOSSINCRASIAS CURIOSAS DA LÍNGUA PORTUGUESA — <i>Augusto Múrias</i> ..... | 14 |

## Infinitivo flexionado / não flexionado: uma questão de gosto?

*Augusto Múrias*  
Parlamento Europeu

### *1. Apresentação do problema*

É excepcional que uma questão de foro gramatical não reúna à partida o consenso habitual. Porém, as nossas próprias traduções comprovam que há tradutores que, em determinados casos, preferem empregar o infinitivo flexionado (ou pessoal vs. infinitivo não flexionado, vulgo impessoal<sup>(1)</sup>), ao passo que outros não. O problema nasce quando essa decisão não é aplicada de forma coerente, como no seguinte texto:

*Insta os investidores a **centrar** a atenção no desenvolvimento de programas, (...) Convida as várias formações do Conselho com responsabilidade nesta área (...) a **intensificarem** os seus esforços para coordenar os seus debates sobre (...).*

Ora, a decisão de usar/não usar o infinitivo flexionado de forma coerente torna-se imperiosa, o mais tardar, quando um texto resulta da junção de traduções efectuadas por quem toma opções diferentes a este respeito. Com efeito, importa evitar uma discrepância, desnecessária e incómoda à leitura, ainda que, em princípio, não coloque em causa a correcta compreensão da mensagem. Eis mais alguns exemplos ilustrativos dessa discrepância:

*(...) exorta os Estados-Membros a **investir** nesta formação e convida-os, bem como à Comissão, a **colocar** em prática os programas europeus de intercâmbios entre as diversas*

<sup>(1)</sup> Serve de fundamentação para a preferência pelos termos *infinitivo flexionado* e *infinitivo não flexionado*, em detrimento de, respectivamente, *infinitivo pessoal* e *infinitivo impessoal*, a seguinte afirmação de Paiva Raposo: «Um outro ponto em que me parece que os filólogos e gramáticos tradicionais estavam errados consiste em terem concebido a oposição *infinitivo flexionado/infinitivo não flexionado*, tendo como base a posse de um agente determinado que executa a acção, no primeiro caso, e a ausência de sujeito gramatical, ou a ausência de referência a um agente determinado, no segundo caso.», in: *Uma restrição derivacional global sobre o infinitivo em português*, Boletim de Filologia, Lisboa 1975, Tomo XXIV, Fascículos 1-4, pp. 75-293.

*administrações nacionais; (...) Exorta os Estados-Membros a **recolherem, compilarem e publicarem** anualmente estatísticas exaustivas, exactas, fiáveis e (...); exorta-os também a **definir** indicadores e metas quantitativas claras (...);*

Talvez a reflexão sobre esta opção dovesse ser associada à decisão referente ao número da forma verbal (singular vs. plural) no âmbito de uma construção de sentido apassivante, como:

*Considera (...) que **se deve / devem** promover medidas de infra-estruturas e recursos humanos adequados...*

Em *que se deve*, estabelece-se uma concordância com um sujeito universal (= todo o indivíduo), ao passo que em *que se devem* a concordância é estabelecida com *medidas* (cf.: *Considera que devem ser promovidas medidas...*).

Há alternativas à tomada de decisão sobre o uso/não uso do infinitivo flexionado:

*(...) convida os Estados-Membros à **coordenação** e ao **intercâmbio** das melhores práticas, recorrendo ao mecanismo de informação mútua (...)*

Ressalve-se porém que a opção pela nominalização não é equivalente ao emprego do infinitivo, já que lhe é subjacente uma perspectiva não activa e menos concreta, antes estática e abstracta sobre o acto em causa.

Outra possibilidade pode residir no emprego de uma oração subordinada:

*(...) pede, além disso, que sejam encontradas soluções concretas que proibam às empresas europeias **fornecer / que forneçam** a esses países dados de carácter pessoal susceptíveis de serem utilizados para (...)*

*o Parlamento Europeu deveria apelar aos Estados-Membros e à comunidade internacional **para que pressionassem** as FNL no sentido de apresentarem as suas condições (...)*

Obviamente que as presentes considerações, uma vez que se circunscrevem apenas a determinados contextos, não pretendem ser prescritivas, mas tão-só contribuir, através de exemplos reais de tradução, para uma fundamentação mais esclarecida a este respeito.

## **2. Análise do problema**

No contexto imediato de determinados verbos regidos por preposição<sup>(2)</sup>, é característico o emprego do infinitivo. No contexto do verbo *gostar*, esse emprego pressupõe a co-referência dos sujeitos:

*Eu gosto muito de **nadar** em lagos. Vocês também gostam de **nadar** em lagos? (cf. *Eu gosto muito que tu nades aqui.*)*

Já no caso do verbo *aconselhar*, o emprego do infinitivo pressupõe a condição de os sujeitos serem distintos:

Ele aconselhou-me a **ir** ao médico quanto antes./ Eu tenho de **ir** ao médico.  
Ela aconselhou-a a **ir** ao médico quanto antes./ Ela tem de **ir** ao médico.

Este exemplo ilustra que as formas da primeira e terceira pessoas do singular do infinitivo flexionado coincidem com as do infinitivo não flexionado. O facto de as formas da primeira e terceira pessoas do

<sup>(2)</sup> Seria imprescindível pormenorizar esta afirmação, o que não fazemos por limitações óbvias. Ainda assim, a abundância dos exemplos fornecidos permite de certo modo intuir as propriedades semânticas dos verbos aqui considerados.

singular do infinitivo flexionado não serem marcadas por um morfema flexional (designativo da pessoa, como em *tu ires*, *nós irmos*, *eles irem*, que são portanto formas marcadas) deverá contribuir para generalizar a tendência para o apagamento formal desse morfema flexional em formas que, em princípio, são marcadas:

*Convida os Estados-Membros a **darem** aplicação à Directiva 2003/86/CE, (...)* (cf. *Convida os Estados-Membros a **fazerem** com que...*)

*Exorta os Estados-Membros a **disponibilizarem** ao público (...)*<sup>(3)</sup>

Confronte-se, de resto, com o caso do emprego de uma forma flexionada, como a segunda pessoa do singular:

*Convido-te a **dares** o teu lugar a essa senhora.*

*Aconselho-te a **fazeres** como te dizem*<sup>(4)</sup>.

Como se disse já, são frequentes os exemplos que contradizem esta opção:

*Exorta os Governos a **garantir** a igualdade de tratamento e de oportunidades (...), a **combater** as taxas de desemprego muito elevadas (...) e (...) a **combater** os graves obstáculos que (...);*

*Insta os Estados-Membros a **transpor** quanto antes todas as normas do direito comunitário relativas à luta contra (...) e a **utilizar** todas as disposições que prevejam (...);*

Na frase *Exorta os Governos a garantir a igualdade de tratamento e de oportunidades*, a concordância poderá, à primeira vista, ser estabelecida com o objecto, e não com o sujeito; porém, as orações que se seguem no mesmo exemplo contradizem este suposto critério.

Emprega-se obrigatoriamente o infinitivo flexionado:

- caso a forma infinitiva seja um verbo reflexivo:  
*Aconselho-te a **divertires-te** o mais que puderes.*
- a fim de estabelecer a congruência gramatical com o sujeito (no caso em apreço, *pessoas*)<sup>(5)</sup>:  
*exorta os Estados-Membros a concederem asilo às **pessoas** que correm o risco de **serem** **perseguidas** nos seus países de origem devido (...)*

A explicitação do sujeito gramatical no contexto imediato de uma forma infinitiva pode ser relevante para a opção entre a forma flexionada e não flexionada:

*Os compromissos do AGCS podem restringir a capacidade de **regular** e **estatizar** empresas de serviços públicos...*

*Os compromissos do AGCS podem restringir a capacidade de os governos **regularem** e **estatizarem** empresas de serviços públicos...*

Como se verifica, o infinitivo também é usado no âmbito de uma construção que desempenha a função de atributo de um determinado nome, ou seja, que não depende de um outro verbo. No exemplo que se segue, o infinitivo flexionado deve-se à congruência lógico-semântica com o sujeito *Estados-Membros*, e não obviamente com *necessidade*:

*(...) a necessidade de os **Estados-Membros legislares** de um modo coerente com (...)*

<sup>(3)</sup> A fim de demonstrar a imprescindibilidade de descrever as propriedades semânticas dos verbos que permitem o uso de uma construção infinitiva, refira-se que, nestes exemplos, o uso da construção infinitiva está condicionada à explicitação do objecto directo, representando a função semântica *paciente*.

<sup>(4)</sup> A forma não flexionada é aqui admissível, dado que já há uma correspondente forma pronominal no contexto imediato. Note-se porém que, se o infinitivo flexionado for introduzido pela preposição «para», só é admissível a forma flexionada: *Peço-te para vires/\*vir comigo e tu recusas-te!*

<sup>(5)</sup> A forma do nome predicativo do sujeito (*perseguidas*) torna obrigatória a explicitação dessa concordância.

Confronte-se ainda com o seguinte exemplo:

*A Comissão tomou conhecimento da decisão das autoridades italianas de **conceder** à Alitalia um empréstimo de urgência no valor de 300 milhões de euros. (cf. ...de as autoridades italianas **concederem** à Alitalia<sup>(6)</sup>...)*

O termo *autoridades italianas*, que funciona como sujeito lógico-semântico de *conceder*, constitui um atributo de *decisão*, pelo que não é de explicitação obrigatória:

*A Comissão tomou conhecimento da decisão de **conceder** à Alitalia um empréstimo de urgência no valor de 300 milhões de euros.*

Dentro deste registo, ambas as possibilidades (infinitivo flexionado ou não flexionado) são, à partida, linguisticamente viáveis, consoante o termo com o qual se opte por estabelecer a concordância. Ressalve-se porém que, por princípio, a suprema concordância gramatical é a que se estabelece entre o sujeito e o predicado.

O exemplo seguinte também é semelhante: a opção tomada pelo infinitivo não flexionado justifica-se pelo facto de que, à implicação lógico-semântica entre *produtores* e *incluir*, se sobrepõe a implicação lógico-semântica entre *obrigatoriedade* e *incluir*, em que este último assume a função de atributo em relação ao primeiro:

*Solicita a inclusão de um mecanismo estipulando a obrigatoriedade de [os produtores petroquímicos do CCG] **incluir** as matérias-primas a preços internacionais.*

Na frase

*Visa funcionar como uma rede de intercâmbio de informações que permita aos Estados-Membros **obter** informações sobre certas categorias de pessoas e de bens (principalmente veículos),*

o sujeito de *obter informações* não está directamente explicitado enquanto tal, mas sim enquanto objecto indirecto de *permitir* (ou seja, como actante facultativo, por conseguinte não obrigatório da respectiva oração). Por isso, a correcção desta variante é indiscutível:

*Visa funcionar como uma rede de intercâmbio de informações que permita **obter** informações sobre certas categorias de pessoas e de bens (principalmente veículos).*

Porém, num caso semelhante de tradução, tomou-se uma opção distinta:

*A Decisão tinha por objectivo dar aos trabalhadores a oportunidade de **utilizarem** melhor as suas qualificações para obter um emprego adequado noutro Estado-Membro. (cf. A oportunidade para que utilizassem melhor as suas qualificações...)*

As seguintes frases constituem exemplos semelhantes:

*Incumbe aos Estados-Membros **efectuar** ensaios para assegurar o bom intercâmbio de informações através da infra-estrutura.*

*(...) anunciou que, no futuro, passaria a ser muito mais fácil para os nacionais de países terceiros **trabalhar** nos Estados-Membros da União Europeia.*

Já no exemplo

*Foram feitos esforços, que prosseguem, para impedir as crianças de **comparecerem** nas aulas da sua língua materna, sacrificando...*

<sup>(6)</sup> Atente-se nas pequenas, mas relevantes, diferenças formais ditadas pelo emprego, respectivamente, da forma não flexionada e flexionada.

o actante *crianças* é obrigatório no contexto do verbo *impedir*, o que justifica o emprego do infinitivo flexionado.

Quando o sujeito gramatical designa um nome abstracto que, no contexto imediato, é explicado através de outro nome — concreto no exemplo que se segue —, a congruência é estabelecida com esse nome explicativo:

*Chama a atenção para o facto de **as dezenas de meses de trabalho** numa área com uma superfície máxima de 2 400 km<sup>2</sup> — que exige a utilização de um grande número de embarcações e outro equipamento — **\*representar/representarem** uma ameaça grave para a biodiversidade e (...). (cf. ... para o facto de que as dezenas de meses de trabalho (...) **representam / \*representa...**)*

A opção por empregar a forma não flexionada ou flexionada pode ser também condicionada pela opção por empregar uma forma simples ou composta:

*As acções a **fomentar** compreendem(...)  
As acções a **serem fomentadas** compreendem (...)*

Quando o sujeito consiste na enumeração explícita de várias partes, o uso do infinitivo flexionado parece ser mais consensual:

*Convida os **Estados-Membros e a Comissão a zelarem** por que sejam afectados recursos humanos e financeiros suficientes para a correcta aplicação da (...)  
(...) exorta a **Comissão e os Estados-Membros a explorarem** modalidades no sentido de (...)  
(...) exorta o **Conselho, a Comissão e os Estados-Membros a garantirem** às mulheres migrantes (...)*

Porém, a excepção faz a diferença:

*Convida a **Comissão e o Conselho a participar**, perante o Parlamento, num debate anual sobre (...)*

Em caso de emprego do infinitivo flexionado, a imprescindibilidade de estabelecer a concordância formal entre sujeito e predicado é reforçada, se o predicado for anteposto ao sujeito. No exemplo que se segue, marcado pela co-referência dos sujeitos, é antecipada a explicitação de uma forma plural com a função de sujeito:

*Antes de **chegarem a acordo**, as partes interessadas devem avaliar os riscos envolvidos.  
(cf. Antes de **aceitares**, debes ler as condições.)*

Também quanto mais extenso for o afastamento formal entre o sujeito e o predicado, tanto mais aconselhável se afigura o uso do infinitivo flexionado, a fim de facilitar a compreensão imediata da leitura:

*Solicita à Comissão que convide os **Estados-Membros**, nos relatórios anuais que apresentam sobre a aplicação da Directiva 2000/43/CE, a **analisarem** a eficácia da legislação antidiscriminação na luta contra os esquemas de segregação sistemática das minorias e das mulheres — nomeadamente na educação e no acesso ao mercado de trabalho, aos cuidados de saúde, aos bens e a outros serviços, — e a **incluírem**, além disso, uma perspectiva de igualdade nos relatórios a fim de atenuar as múltiplas discriminações sofridas por numerosas pessoas;*

A opção por empregar o infinitivo não flexionado ou flexionado pode ter um efeito desambiguador quanto ao sujeito da acção:

Ela pediu para **ele / eu ir** com ele.

Este importante efeito desambiguador é particularmente relevante no âmbito de frases tão complexas como:

*Há mais de seis milhões de professores na Europa, os quais desempenham um papel vital ao **ajudarem** os indivíduos a **desenvolver** os seus conhecimentos e competências, para além de **contribuírem** para o desenvolvimento das crianças no seio da sociedade.*

É dada preferência ao infinitivo não flexionado quando este depende de construções passivas ou de sentido apassivante, a fim de evitar o efeito pleonástico resultante da acumulação de sucessivas concordâncias explícitas com um sujeito já tematizado no contexto imediato:

*Os Deputados que não puderem apresentar o original dos documentos justificativos são convidados a **comunicar** ao serviço gestor as razões dessa impossibilidade, entregando (...) Salienta que os professores devem estar mais bem dotados para **dar** resposta ao conjunto das novas exigências que lhes são colocadas;*

Mas não pode ser o objectivo de evitar o referido efeito pleonástico que explica o seguinte registo num caso de duplo infinitivo:

*Insta as instituições da UE a **continuar a utilizar** como critério para avaliar a preparação para a adesão à União Europeia a situação das (...)*

No exemplo que se segue, marcado pela sucessão de formas infinitivas, a forma não flexionada refere-se ao termo *compromisso*, em relação ao qual tem uma função de atributo:

*Exorta, por isso, a Comissão e o Conselho a **assumirem** o compromisso pleno de **analisar** o impacto ambiental da construção do gasoduto do Norte da Europa, (...)*

O objectivo de contornar o efeito pleonástico poderá vir também associado com o propósito de deslocar o foco da informação do sujeito para o objecto:

*Considerando que alguns Estados-Membros (...) já criaram várias iniciativas no sentido de **conferir** aos estudantes entrada livre em colecções e exposições permanentes, (...)*

No exemplo que se segue, além de se pretender evitar o referido efeito pleonástico, focaliza-se a atenção sobre o acto em si ou o objecto, e não sobre o sujeito, até porque o assunto em causa só pode ser levado a bom termo através do empenho de cada indivíduo (sujeito universal, indeterminado), em que por conseguinte a particularização do sujeito não assume relevância:

*Insta os Estados-Membros a adoptarem medidas adequadas para **combater** as baixas taxas de emprego dos trabalhadores idosos...*

No exemplo real que se segue, optaríamos pelo emprego sistemático do infinitivo flexionado. A opção por essa forma não colocaria quaisquer dúvidas, se a pessoa designada fosse, por exemplo, a segunda do singular e, ainda mais, se estivesse em causa uma forma reflexa:

*Insta os Estados-Membros a **velar** por que todas as pessoas de minorias étnicas (...) tenham acesso a serviços de (...); insta-os também a **estabelecer** e a **aplicar** políticas que garantam que mesmo as comunidades mais excluídas tenham pleno acesso ao sistema de cuidados de saúde; exorta-os ainda a **organizar** acções de formação e sensibilização destinadas a eliminar os preconceitos (...); (cf. Aconselho-te a \*divertir-te.)*

### 3. Conclusão

Salvaguardando que estas considerações são notoriamente parcelares para esgotar o assunto em apreço, que caracteriza de forma individual a língua portuguesa entre o conjunto das línguas românicas, ainda que possam reunir o mérito de suscitar e orientar a polémica, passamos a recordar alguns critérios definidos para estabelecer, quando for caso disso, uma maior ou menor probabilidade do uso do infinitivo flexionado<sup>(7)</sup>:

O seu uso é tanto mais provável:

- quanto mais obrigatório for o actante na oração subordinante com o qual a forma do infinitivo concorda gramaticalmente;
- quanto mais intercalada for a separação entre sujeito e predicado.

O seu uso é tanto menos provável:

- quanto mais facultativo for o actante na oração subordinante com o qual a forma do infinitivo concorda gramaticalmente; esta observação articula-se com o propósito comunicativo de enfatizar o objecto ou a finalidade da acção:  
*...existência de políticas e medidas que impedem [as empresas da EU de] **aceder** (o acesso) às matérias-primas<sup>(8)</sup>...*
- quanto maior e mais próxima for a acumulação de formas marcadas pela pessoa, a fim de evitar um efeito pleonástico.

Vários foram os casos de hesitação analisados quanto ao emprego da forma do infinitivo flexionado ou não flexionado, por exemplo, consoante se opte por estabelecer a concordância com o nome na função do sujeito ou com outro nome que exerce a função de atributo:

*(...) sublinha que a capacidade dos pequenos Estados litorais de **agir** como garantes de segurança na região do Mar Báltico (...)*  
Cf. (...) de os pequenos Estados litorais **agirem** como (...)

Realce-se porém que a explicitação de uma destas concordâncias está associada a certas particularidades no plano formal.

Para superar as hesitações referidas, utilizámos alguns testes práticos, concretamente:

- teste de antecipação ou de inversão das posições habituais do sujeito e predicado:  
*Antes de **tomarem** uma decisão sobre um pedido de Cartão Azul UE, os Estados-Membros podem examinar a situação... e aplicar<sup>(9)</sup>...*
- teste de substituição da forma verbal pela segunda pessoa do singular, que é flexionada;
- teste de transformação frásica da construção infinitiva numa oração subordinada ou da forma infinitiva simples em forma composta.

[augusto.murias@europarl.europa.eu](mailto:augusto.murias@europarl.europa.eu)

<sup>(7)</sup> Para uma alusão a diferenças quanto ao uso do infinitivo flexionado entre Portugal e o Brasil, ver Celso Cunha/Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Ed. Sá da Costa, Lisboa 1992, p 486.

<sup>(8)</sup> Na verdade, nem sempre é aplicado um suposto *efeito de contaminação* em termos de emprego do infinitivo flexionado numa oração final marcada pela co-referência dos sujeitos:

*... exorta o Conselho e a Comissão a **coordenarem** melhor as suas respectivas actividades, a fim de **tornar** as forças policiais mais coerentes e eficazes.*

<sup>(9)</sup> Esta frase foi-me transmitida pelo meu colega do Conselho José Frederico Soares, com quem troquei várias impressões sobre este assunto.



## A espingarda Mauser

*Luís Filipe PL Sabino*

*Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social – Comité das Regiões*

Nambuanguo, 1961. Quando o tiroteio cessou, o cabo Raul, o «Borba», jazia no chão, com a perna esquerda dilacerada, reclamando socorro imediato; ele, que chegara há pouco, com ânimo de tudo passar depressa e retornar para junto dos seus, em um dos navios que transportavam as NT.

O Borba, em pranto, e ainda segurando a Mauser: — Mê alferis, os gajos f...-me.

Eu, mentindo: — Deixa-te disso, porra! Não tens nada de grave, pá! Já aí vem o Seringas pra t'ajudar e vais ver como ficas são que nem um pêro. Daqui a uns tempos vamos os dois às flausinas a Badajoz e tamos bem, pá!

Ali perto, um dos nossos, transido de medo, trauteava nervosamente, confusamente, uma canção da Madalena Iglésias.

Não fui à inumação do Borba, semanas depois, na sua vila alentejana onde ele, que começou na lida sendo ainda cachopo, levou galhetas de meia-noite e foi hábil baeta. De alma sensível como era e sou, e de cristal, eu não conseguiria encarar os pais e a noiva. Guardei comigo a Mauser do Borba, uma recordação secreta, e trouxe-a mais tarde para o Puto, quando a ele regressei definitivamente, ocultada no porão do Niassa.

*Years later.*

Na esplanada, sob um quente sol outonal, tentava beber a Sagres; a televisão debitava em voz alta um concurso insulso; clientes rindo, gritando, arruçando, incomodando. Eu não conseguia ler o que tinha para ler, tal era o desassossego, a turbacão. Havia que impor o silêncio. Fui ao meu carro; retirei a Mauser da bagageira. No dia seguinte, os jornais haviam de relatar Outono Sangrento. Um tresloucado mata dois e fere três em esplanada, com arma de fogo.

Mas isso foi no dia seguinte.

Mas hoje, agora, sim, agora que o silêncio reina, logro ler e comentar o que tenho ante mim. É isto (em itálico e em texto recuado, vão observações minhas). Ora, pode ver-se...

### ***No Diário da República de 13/10/08:***

«A sede da Turismo do Douro localiza-se em Vila Real.»

*Observação: Porquê não dizer simplesmente «A Turismo do Douro tem sede em Vila Real»?*

«— As competências e atribuições de cada um destes serviços são definidas em sede de norma de controlo interno, aprovada pela assembleia geral, devendo, no atendimento público e apoio ao investidor de cada uma, dar resposta a todas as valências e serviços prestados nas duas dependências.»

*Observação: Redacção complicada: deveria abandonar-se «em sede de», que não serve para nada, embora seja moda; de resto os termos «de cada uma» não se percebe a que se referem...*

«— A Turismo do Douro colabora com todas as autarquias da sua área na implementação e dinamização dos respectivos postos de turismo.»



*Observação:* *Cá vem a parvoíce da «implementação»: devem querer dizer «instalação»...*  
**No Diário da República de 20/10/08:**

«— Para garantir a plena aplicação e execução do presente Acordo é constituída a Comissão Mista para a Conservação do Lince-Ibérico (CMCLI), que constitui o órgão promotor e impulsionador deste acordo.»

*Observação:* *Tudo bem, o lince ibérico merece protecção! Mas deixem-se do «garantir» e do «constitui»..., verbos utilizados e reutilizados até à exaustão! Será que essa Comissão Mista «garante» ou apenas promove e impulsiona o acordo?*

*Redacção alternativa proposta:* *«Para efeitos da plena aplicação e execução do presente Acordo é constituída a Comissão Mista para a Conservação do Lince-Ibérico (CMCLI), órgão promotor e impulsionador deste acordo.»*

«— Compete à Comissão Mista para a Conservação do Lince-Ibérico (CMCLI), no âmbito e para os efeitos do presente Acordo e sem prejuízo das normas regulamentares a aprovar no seio da própria Comissão»

*Observação:* *Cá vem outra vez o seio... Tá bem, faz falta... mas não aqui! Devem querer dizer: «a aprovar pela própria Comissão», o que basta para o efeito.*

«— O presente Acordo pode ser objecto de revisão a pedido de qualquer das Partes.  
 — As emendas entrarão em vigor nos termos do artigo 6.º.»

*Observação:* *Emendas ou alterações? A terminologia neste aspecto é por vezes tergiversante. Seria de falar em alterações, como aliás o faz a nossa Constituição política (artigos 284.º e segs.).*

**No Diário da República de 21/10/08:**

«— As Partes envidam esforços para pôr em prática as medidas concretas e os mecanismos financeiros destinados a apoiar os seus esforços face aos problemas ligados à urbanização desenfreada e à degradação do ambiente urbano, à poluição industrial, às alterações climáticas, à degradação da biodiversidade, à desertificação e à insuficiência dos meios financeiros para a aplicação efectiva das políticas e estratégias em matéria de protecção do ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento sustentável.»

*Observação:* *Bom, quem chegar ao fim deste parágrafo sem deitar os bofes pela boca pode dar-se por muito feliz... Alguém dirá com bonomia: é linguagem diplomática... logo... Adiante: para além do termo «esforços», que aqui é repetido e pulula pelos textos comunitários, nacionais, etc., como pulga em cão vadio, este n.º 1 de um acordo internacional não é especialmente conciso. É verdade que este acordo foi redigido em línguas portuguesa, árabe e francesa, prevalecendo esta última em caso de divergência de interpretação; mas tal não implica que a versão portuguesa, seja ela a original ou uma tradução do original francês, tenha uma redacção retorcida...*

*Redacção alternativa proposta:* *«As Partes aplicam as medidas concretas e os mecanismos financeiros para acorrerem aos problemas da urbanização desenfreada, da degradação do ambiente urbano, e da biodiversidade, da poluição industrial, das alterações climáticas e da desertificação. As Partes visam a aplicação efectiva da protecção do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento sustentável»*

«— O presente Acordo vigora por períodos sucessivos de cinco anos, automaticamente renováveis.»

*Observação:* Infelizmente, quase que se perdeu o uso de sinónimos como, no caso vertente, o «quinquénio».

*A redacção poderia ser assim:* «O presente Acordo vigora por quinquênios sucessivos, automaticamente renováveis.»

**No Diário da República de 23/10/08:**

«— A Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, veio estabelecer a possibilidade de concessão extraordinária de garantias pessoais do Estado no âmbito da iniciativa de reforço da estabilidade financeira e de disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

A concessão de garantias pelo Estado no âmbito desta iniciativa destina-se a assegurar o cumprimento das obrigações das instituições de crédito com sede em Portugal no âmbito das suas operações de financiamento ou de refinanciamento (...)

*Observação:* em escassas linhas o termo âmbito surge três vezes, sendo aliás daqueles que se topam excessivamente nos textos legais nacionais e comunitários, pelo que poderiam ser suprimidos de vez em quando.

*Redacção alternativa proposta:* «A Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, veio estabelecer a possibilidade de concessão extraordinária de garantias pessoais do Estado ao abrigo da iniciativa de reforço da estabilidade financeira e de disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

A concessão de garantias pelo Estado a coberto desta iniciativa destina-se a assegurar o cumprimento das obrigações das instituições de crédito com sede em Portugal nas suas operações de financiamento ou de refinanciamento (...)

...

Oiço ao longe umas sirenes. Forças policiais, ambulâncias, talvez.

Deixo-me ficar a contemplar o azul do céu. Nada de censurável terei praticado. Vou guardar a Mauser.

[luis.f.sabino@gmail.com](mailto:luis.f.sabino@gmail.com)



## **Geografia do Cáucaso**

*Paulo Correia*

*Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia*

[Com a colaboração de Nazaré Vinha, Direcção-Geral da Tradução — Comissão Europeia]

No início de 1993, a unidade de Terminologia de Bruxelas do então Serviço de Tradução da Comissão Europeia publicou um documento de trabalho intitulado *Liste toponymique de l'ex-URSS*<sup>(1)</sup>, com as designações de várias regiões em nove línguas, entre as quais o português. O fim da União Soviética, que ocorrera em 26 de Dezembro de 1991, e o período de conflitos que se lhe seguiu em algumas regiões da ex-URSS faziam falar de países, regiões e cidades cuja existência era até aí praticamente

<sup>(1)</sup> Algumas das entradas desta lista estão publicadas no Código de Redacção Interinstitucional: <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000300.htm>.

ignorada. Os recentes acontecimentos verificados no Cáucaso no Verão de 2008 trouxeram novamente à baila topónimos ainda pouco consolidados na língua portuguesa — infelizmente as guerras e os grandes desastres têm esse efeito.

### *Três famílias linguísticas e quatro alfabetos*

O Cáucaso tem uma história complexa na fronteira entre o mundo cristão ortodoxo e apostólico e o mundo muçulmano. Um relevo vigoroso, incluindo o mais alto cume da Europa, o monte Elbrus, com 5 642 m de altitude, e mais meia dúzia de outros picos acima dos 5 000 m, ajudou a manter até hoje uma grande variedade de povos e de línguas, apesar de uma longa história de deportações.

| família       | ramo     | língua                 | ISO 639-1 | ISO 639-3 | região                                      | alfabeto                 |
|---------------|----------|------------------------|-----------|-----------|---|--------------------------|
| caucasiano    |          | <b>georgiano</b>       | ka        | kat       | Ajária                                      | georgiano <sup>(2)</sup> |
|               |          | <b>abcásio</b>         | ab        | abk       | Abcásia                                     | cirílico <sup>(3)</sup>  |
|               |          | <b>adigue</b>          | —         | ady       | Adigueia                                    | cirílico                 |
|               |          | <b>cabardino</b>       | —         | kbd       | Cabardino-Balcária;<br>Carachai-Cherquéssia | cirílico                 |
|               |          | <b>checheno</b>        | ce        | che       | Chechénia                                   | cirílico                 |
|               |          | <b>inguche</b>         | —         | inh       | Inguchétia                                  | cirílico                 |
|               |          | <b>avar</b>            | av        | ava       | Daguestão                                   | cirílico                 |
| indo-europeia | iraniano | <b>osseta</b>          | os        | oss       | Ossétia do Norte-Alânia;<br>Ossétia do Sul  | cirílico                 |
|               | arménio  | <b>arménio</b>         | hy        | hye       | Alto Carabaque                              | arménio <sup>(4)</sup>   |
|               | eslavo   | <b>russo</b>           | ru        | rus       | <b>língua veicular</b>                      | cirílico                 |
| altaica       | turco    | <b>azeri</b>           | az        | aze       | Naquichevão                                 | latino                   |
|               |          | <b>carachai-balcar</b> | —         | krc       | Cabardino-Balcária;<br>Carachai-Cherquéssia | cirílico                 |

O papel de língua veicular desempenhado pelo russo em toda a região do Cáucaso adveio da expansão do império russo até à Ciscaucásia, no fim do século XVIII, e à Transcaucásia, no século XIX, penetrando na área de influência que era anteriormente dos impérios otomano e persa. A influência russa manifesta-se igualmente no uso generalizado do alfabeto cirílico.

A maioria das línguas do Cáucaso utiliza alfabetos não latinos, o que coloca necessariamente o problema da transcrição dos topónimos para o alfabeto latino.

### *Transcrições*

Na mais recente crise no Cáucaso, e contrariamente ao que sucedia no início da década de 90, em que, pelo menos nas instituições europeias antes dos grandes alargamentos a norte e a leste, os nomes nos chegavam principalmente através do francês ou das **transcrições francesas** de nomes em língua russa, os topónimos chegam-nos agora fundamentalmente via **transcrições inglesas** de nomes em língua russa ou, por vezes, mesmo de nomes em línguas caucasianas, altaicas e outras línguas indo-europeias não eslavas (iranianas, arménias).

A actual tendência para a utilização, muitas vezes acrítica, em textos portugueses, das transcrições inglesas de topónimos de uma terceira língua coloca o risco de nos afastarmos da pronúncia do nome local que o inglês procura reproduzir, a não ser que, no futuro, passemos a ler os topónimos

<sup>(2)</sup> ISO 9984: 1996 – Information and documentation – Transliteration of Georgian characters into Latin characters.

<sup>(3)</sup> ISO 9: 1995 – Transliteration of Cyrillic characters into Latin characters. Slavic and non Slavic languages.

<sup>(4)</sup> ISO 9985: 1996 – Information and documentation – Transliteration of Armenian characters into Latin characters.

estrangeiros como se fossem topónimos ingleses — o que não parece ter muito sentido. O problema coloca-se, nomeadamente, na leitura dos dígrafos **ch**, **kh**, **sh** ou **zh**.

A influência das fontes em língua inglesa introduz também híbridos gráficos curiosos em alguns meios de comunicação social portuguesa. Um caso típico é o da **Abcásia**, que, por exemplo, os jornais *Público* e *Diário de Notícias* referem geralmente como **Abkhásia**, com um exótico «h» que muitos não sabem o que significa e que, mesmo aqueles que o sabem, raramente pronunciam. Temos assim uma palavra que é pronunciada como uma palavra perfeitamente portuguesa, mas é acompanhada de uma grafia híbrida resultante da **transcrição para o inglês do nome russo Абхазия** à qual se acrescentou a acentuação portuguesa para indicação da sílaba tónica.

| Google<br>(páginas escritas<br>em português,<br>Outubro 2008) | <i>Público</i><br>(publico.clix.pt) | <i>Diário de<br/>Notícias</i><br>(dn.sapo.pt) | Portal do<br>Governo<br>(gov.pt) | Europa<br>(europa.eu) | <i>Folha de<br/>São Paulo</i><br>(folha.uol.com.br) |
|---|-------------------------------------|---|----------------------------------|-----------------------|---|
| <b>Abkházia</b>   | <b>2930</b>                         | <b>129</b>                                    | <b>5</b>                         | 178                   | <b>1680</b>   |
| Abkhásia  | 107                                 | 0   | 1                                | 0                     | 7   |
| Abkázia   | 20                                  | 2   | 1                                | 7                     | 7   |
| Abkásia   | 5                                   | 0   | 0                                | 5                     | 0   |
| Abcázia   | 2                                   | 5   | 0                                | 173                   | 0   |
| <b>Abcásia</b>  | 385                                 | 37  | 1                                | <b>519</b>            | 2   |
| Abecássia   | 1                                   | 0   | 0                                | 0                     | 0   |
| Abecázia  | 4                                   | 0   | 0                                | 0                     | 0   |
| Abecásia  | 31                                  | 0   | 0                                | 57                    | 5   |
| <b>Chechénia</b>  | 50                                  | <b>985</b>                                    | <b>5</b>                         | <b>164</b>            | 44  |
| <b>Tchetchénia</b>  | <b>231</b>                          | 0   | 2                                | 7                     | <b>322</b>  |
| Tchechénia  | 7                                   | 3   | 3                                | 4                     | 15  |

Em alternativa, podem utilizar-se transcrições portuguesas, ou aportuguesadas, para poderem ser lidas com as regras do português, na linha do que é usual noutras línguas europeias como o espanhol, o francês ou o alemão. É essa a abordagem adoptada neste artigo, onde se privilegiam também os casos em que existe já um nome português.

Na lista publicada em anexo faz-se um apanhado das designações de entidades territoriais do Cáucaso com estatutos de autonomia político-administrativa *de jure* ou *de facto*<sup>(5)</sup>. Indicam-se transcrições inglesas mais correntes, uma proposta de uma **designação harmonizada em português**, o nome ou transcrição francesa utilizados na já citada *Liste toponymique de l'ex-URSS*, o nome russo (com indicação das sílabas tónicas) e ainda o nome em línguas locais. É igualmente indicado o número das fichas terminológicas IATE<sup>(6)</sup> correspondentes.

[Paulo.Correia@ec.europa.eu](mailto:Paulo.Correia@ec.europa.eu)

<sup>(5)</sup> Por exemplo, a Ossétia do Sul e o Alto Carabaque não são reconhecidos sequer como entidades territoriais pela Geórgia e pelo Azerbaijão, respectivamente.

<sup>(6)</sup> <http://iate.europa.eu/>

## Ciscaucásia

| en   | pt  | fr  | ru                        | outras   | IATE                   |
|--|---|---|---------------------------|--|------------------------|
| Adygei;<br>Adygea;<br>Adygeya;<br>Adyghea  | <b>Adigueia</b> <sup>(7)</sup>                          | Adygie <sup>(8)</sup>   | Адыгя                     | <b>ady:</b> Адыгэ  | 865904                 |
| <u>K</u> harachayev-<br><u>C</u> herkessia;<br><u>K</u> arachay-<br><u>C</u> herkessia | <b>Carachai-<br/>-Cherquéssia</b>                       | Karatchevo-<br>Tcherkessie;<br>Karatchevo-<br>Tcherkessk <sup>(9)</sup> | Карачаево-<br>Черкессия   | <b>kbd:</b> Къэрэшей-<br>Шэрджэс<br><b>krc:</b> Къарачай-<br>Черкес    | 865907                 |
| Kabardino-<br>Balkaria   | <b>Cabardino-<br/>-Balcária</b>                         | Kabardino-<br>Balkarie  | Кабардино-<br>Балкария    | <b>kbd:</b> Къэбэрдей-<br>Балъкъэр<br><b>krc:</b> Къабарты-<br>Малкъар | 865890                 |
| North Ossetia-<br>Alania   | <b>Ossétia do<br/>Norte-<br/>Alânia</b> <sup>(10)</sup> | Ossétie du<br>Nord-Alanie   | Северная<br>Осетия-Алания | <b>os:</b> Цæгат Ирыстон-<br>Алани                                     | 865896 <sup>(11)</sup> |
| Ingushetia   | <b>Ingúchia;<br/>Inguchétia</b> <sup>(12)</sup>         | Ingouchie   | Ингушетия                 | <b>inh:</b> Паллгай  | 865888                 |
| <u>C</u> hechnya;<br><u>C</u> hechenya   | <b>Chechénia</b>  | Tchetchénie   | Чечня                     | <b>ce:</b> Нохчийчъь   | 872018                 |
| Daghestan;<br>Dagestan   | <b>Daguestão</b>  | Daghestan <sup>(13)</sup>   | Дагестан                  | <b>av:</b> Дагъистан   | 865889                 |

## Transcaucásia

| en  | pt  | fr                                | ru                  | outras   | IATE   |
|---|---|-----------------------------------|---------------------|--|--------|
| Ajara;<br>Adjara<br>Adzharia;<br>Ajaria;<br>Adjaria                   | <b>Ajária</b>                             | Adjarie                           | Аджария             | <b>ka:</b> აჭარა   | 865959 |
| Abkhazia;<br>Abkhasia   | <b>Abcásia</b>                            | Abkhazie                          | Абхазия             | <b>ab:</b> Аҧсны<br><b>ka:</b> აფხაზეთი                    | 865958 |
| South Ossetia   | <b>Ossétia do Sul</b>                     | Ossétie du Sud                    | Южная Осетия        | <b>os:</b> Хуссар Ирыстон<br><b>ka:</b> სამხრეთი<br>ოსეთი  | 865957 |
| Nagorno-<br>Karabakh;<br>Nagorno<br>Karabakh;<br>Nagorno-<br>Karabagh | <b>Alto<br/>Carabaque</b> <sup>(14)</sup> | Haut-<br>Karabakh <sup>(15)</sup> | Нагорный<br>Карабах | <b>hy:</b> Հեռնաշխ<br>Ղարաբաղ<br><b>az:</b> Dağlıq Qarabağ | 865878 |
| Nakhichevan;<br>Nakhchivan  | <b>Naquichevão</b>                        | Nakhitchevan                      | Нахичеван           | <b>az:</b> Naçıvan   | 865877 |

<sup>(7)</sup> O uso de Adigueia generalizou-se, contrariamente a Adígia (*Liste toponymique de l'ex-URSS*).

<sup>(8)</sup> Outras variantes: Adyghéie, Adyghés, Adyguée.

<sup>(9)</sup> Outras variantes: Karatchaev-Tcherkessie, Karatchaïévo-Tcherkessie.

<sup>(10)</sup> O uso de Ossétia generalizou-se, contrariamente a Ossécia (*Liste toponymique de l'ex-URSS*).

<sup>(11)</sup> Requerida a actualização da ficha IATE para inclusão de «Alânia».

<sup>(12)</sup> O uso de Inguchétia generalizou-se, em paralelo com Ingúchia (*Liste toponymique de l'ex-URSS*).

<sup>(13)</sup> Variante: Daguestan.

<sup>(14)</sup> Variante consagrada no *Código de Redacção Interinstitucional*, <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5020100.htm>.

<sup>(15)</sup> Variante: Haut-Karabagh.



## Português para Estrangeiros Idiossincrasias curiosas da língua portuguesa

Augusto Múrias  
Parlamento Europeu

### *tremendo*

Quem ainda duvidar de que a língua é uma convenção, pense numa palavra como *tremendo*.

Começemos por associar esta palavra à forma do gerúndio do verbo *tremar*. Ainda são subjacentes a este verbo pertinentes resquícios de onomatopeia, que reproduzem, pelo menos, o bater dos dentes característico desta reacção do corpo:

*Tremendo que nem varas verdes, acatou a ordem no silêncio de condenado.*

Porém, esta impressão de fragilidade física desaparece, se esta mesma palavra for usada como adjectivo. Do sintoma, passamos à respectiva causa:

*Um monstro tremendo faz tremer o comum dos mortais.*

*Tremendo* significa aqui *que suscita horror*. Nesta acepção, é usual falar-se de uma *tremenda dor de cabeça*. Como adjectivo, tem um valor equivalente a um superlativo, com marca expressiva. No exemplo que se segue, *tremendo* é sinónimo de *enorme*:

*Aquilo causou-me um medo tremendo.* (cf. causou-me um medo muito grande)

Nesta acepção, é usual falar-se de um *problema* ou *erro tremendo*. O advérbio de modo *tremendamente* também denota essa graduação superlativa:

*Este produto, apesar de caro, é tremendamente eficaz.* (cf. muito eficaz)

Já num registo coloquial, o adjectivo *tremendo* designa uma forma de comportamento caracterizada pela indisciplina, que não permite qualquer associação com medo:

*Estas crianças são tremendas, não há quem tenha mão nelas.*

Em determinados registos, este adjectivo pode porém ter uma conotação positiva. No exemplo que se segue, define um comportamento que coloca em causa aquilo que é convencional. Tem aqui uma acepção próxima de *surpreendente*:

*O João ousou contar ao Presidente uma anedota um tanto ousada. Ele é mesmo tremendo!*

E só mesmo nesta última acepção é que o espanhol diverge do português. Comparando as duas línguas nesta perspectiva (e não na perspectiva inversa, ou seja, o espanhol na perspectiva do português), regista-se, em relação a todas as outras acepções, a máxima correspondência possível.

[augusto.murias@europarl.europa.eu](mailto:augusto.murias@europarl.europa.eu)

---

**Exoneração de responsabilidade:** Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não reflectindo necessariamente a opinião da Redacção nem das instituições europeias.

A Redacção é responsável pela linha editorial de «a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

---

**Redacção:** Paulo Correia (Comissão); Renato Correia (PE); Fernando Gouveia (TJCE); Manuel Leal (Conselho da UE); António Raúl Reis (Serviço das Publicações); Manuel Silveira (CESE-CR)

**Grupo de apoio:** Hilário Leal Fontes (Comissão); Susana Gonçalves (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Victor Macedo (CESE-CR); António Mendes da Costa (Conselho da UE)

**Paginação:** Susana Gonçalves (Comissão)

**Envio de correspondência:** [dgt-folha@ec.europa.eu](mailto:dgt-folha@ec.europa.eu)

---

**Edição impressa:** oficinas gráficas do Serviço de Infra-Estruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)

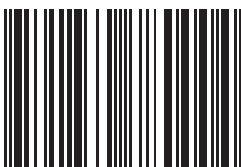
**Edição electrónica:** sítio Web da Direcção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — <http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

---

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.

«a folha» ISSN 1830 780 9

ISSN 1830-780-9



9 771830 780004